**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP**

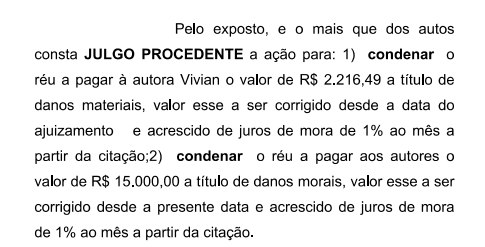
**AUTOS PRINCIPAIS Nº 1006034-91.2019.8.26.0362**

**VIVIAN RAMALHO,** brasileira, solteira, gerente de setor, inscrita no CPF sob o nº 285.750.198-64, RG nº 28.389.381 SSP/SP, **JULIA RAMALHO DO PRADO,** menor púbere, brasileira, estudante, solteira, inscrita no CPF de nº 471.497.618-44, neste ato representada por sua genitora **VIVIAN RAMALHO e, LUIZ ANTONIO RAMALHO**, brasileiro, aposentado, casado, **IDOSO COM MAIS DE 60 ANOS E PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA,** inscrito no CPF sob o nº 056.600.178-00, residentes e domiciliados na rua Antunes Garcia, 28, Bairro do lote, Mogi Mirim/SP, CEP 13.840-106, vêm respeitosamente, à presença de Vossa Excelência por seu advogado e bastante procurador, consoante instrumento de mandato incluso, com escritório sito no rodapé desta, onde recebe as intimações e notificações de estilo, com fundamento no art. 523 e seguintes, apresentar

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

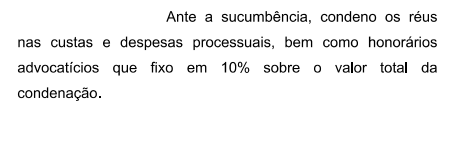
Em face de LEANDRO ALBERTO SILVA, brasileiro, casado, serralheiro, portador do RG de nº 25.143.081, residente e domiciliado na rua Antunes Garcia, 351, Bairro do Lote, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.840-106 (Vitória Serrilharia), pelos motivos fáticos e de direito a seguir arguidos:

**DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS**

Na ação de conhecimento, o executado foi condenado ao pagamento de danos materiais nos seguintes termos:

Entretanto, até o momento, **nenhum valor foi pago**, razão pela qual os exequentes promovem o presente cumprimento de sentença, com o objetivo de garantir seu direito de crédito.

**DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCICA**

A sentença ainda determinou a condenação do executado ao pagamento de custas, assim como de honorários advocatícios, conforme trecho extraído do próprio documento:

Neste sentido, a execução deverá prosseguir não somente para o pagamento da condenação por danos morais e materiais, mas também para o pagamento de custas e despesas processuais, assim como honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor total da condenação.

**DO VALOR DA EXECUÇÃO**

Conforme exposto anteriormente, a dívida se origina de sentença judicial transitada em julgado, oportunidade em que ficou determinado o pagamento dos valores em questão, sendo que a sentença ainda determinou a correção monetária dos danos materiais desde a data do ajuizamento da ação, assim como juros de 1% ao mês, desde a citação.

Os valores de danos morais devem ser corrigidos desde a data da sentença, assim como a aplicação de juros de mora de 1% A.M, desde a data de citação.

Por fim, o executado deve proceder ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor TOTAL da causa, sendo assim o valor total da execução deverá ser de **R$ 28.035,05** (vinte e oito mil e trinta e cinco reais e cinco centavos), conforme tabelas abaixo e documentos em anexo:

|  | VIVIAN | JULIA | LUIZ | TOTAL | HONORÁRIOS | TOTAL + HONORÁRIOS |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DANOS MATERIAIS | R$ 3.520,74 |  |  | **R$ 3.520,74** | **R$ 352,07** |  |
| DANOS MORAIS | R$ 7321,89 | R$ 7321,89 | R$ 7321,89 | **R$ 21.965,67** | **R$ 2.196,56** |  |
|  |  |  |  | **R$ 25.486,41** | **R$ 2.548,64** |  |
|  |  |  |  |  |  | **R$ 28.035,05** |

**DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

O Código de Processo Civil prevê em seu capítulo IV a figura do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, que visa impedir fraude contra credores, por meio de confusão patrimonial ou desvio de finalidade, e é medida usada há décadas pelos sistemas jurídicos para garantir o estrito cumprimento do direito.

O art. 133 prevê a instauração do incidente, quando requerido pela parte, e o art. 134 traz a possibilidade de abertura do incidente em QUALQUER fase do processo, conforme in verbis:

**“Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.”**

No caso em tela, o acordo homologado foi firmado entre o executado **JOSÉ GUSTAVO GUARNIERI LISSONI** e o exequente, entretanto, o pagamento do acordo era realizado pela pessoa jurídica **T A G PAISAGISMO ME, CNPJ: 06.263.603/0001-62,** conforme comprovantes em anexo.

Neste caso, evidente a confusão patrimonial entre o executado e a pessoa jurídica, em clara tentativa de fraudar a execução da presente ação.

Sendo assim, requer desde já a DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PARA QUE SEJA INCLUÍDA NO POLO PASSIVO A **EMPRESA T.A.G. LISSONI PAISAGISMO, CNPJ 06.263.603/0001-62, com sede administrativa no endereço Rua Luiz Bernardo da Costa, Chácara São Marcelo, Mogi Mirim, São Paulo- CEP 13805025, DEVENDO SER REALIZADA TAMBÉM PENHORA E ARRESTO DOS BENS E VALORES VINCULADOS À PESSOA JURÍDICA EM QUESTÃO, ATÉ O LIMITE DO VALOR DA EXECUÇÃO,** SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS MEDIDAS CABÍVEIS PARA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO.

**DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Em que pese a condenação de honorários advocatícios da sentença do processo principal, é direito do advogado o recebimento de honorários de sucumbência, cumulados com a condenação anterior, tendo em vista o cumprimento de sentença ser ação autônoma de execução.

Este direito fica evidente com a súmula 517/STJ:

**Súmula 517 - São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.**

Neste sentido, requer a condenação do executado no pagamento de honorários de sucumbência, NO PATAMAR MÁXIMO, ou, em percentual arbitrado por Vossa Excelência.

**DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

1) O recebimento do presente cumprimento de sentença, em todos os seus termos e documentos a ele acostados;

2) a intimação dos executados, na forma dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 523 do NCPC, para fins de saldar o crédito, no valor de **R$ 28.035,05 (vinte e oito mil e trinta e cinco reais e cinco centavos);**

3)a condenação ao pagamento de honorários de sucumbência, no percentual MÁXIMO, ou em valor a ser arbitrado pelo juízo;

4) nos termos do art. 835, I do CPC, fica requerido desde já a utilização do Sistema BACENJUD para bloqueio os valores constantes nas contas bancárias de titularidade dos Executados, tanto, quanto bastem para saldar o montante devido;

5) Acaso não encontrado nenhum valor em dinheiro, requer a expedição de Ofício RENAJUD e ao Cartório de Registro de Imóveis, para fins de busca de bens passíveis de penhora;

6) em caso de resposta negativa da penhora de valores, requer o andamento da execução;

7) A abertura do incidente desconsideração da personalidade jurídica da empresa **T.A.G. LISSONI PAISAGISMO, CNPJ 06.263.603/0001-62,** e sua eventual inclusão no polo passivo da execução;

8) Requer a expedição do alvará referente aos honorários de sucumbência, em separado;

As intimações deverão ser realizadas em nome de TODOS os advogados cadastrados, sob pena de nulidade dos atos.

Aproveito para protestar elevada estima e distinta consideração.

Nestes termos,

Pede e espera **DEFERIMENTO**.

Mogi Guaçu, 29 de setembro de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**VICTOR HENRIQUE ASSUNÇÃO DOS REIS**

**OAB/SP 445.243**